

Um olhar sobre os percorridos históricos da educação ambiental em uma década de partilha no espaço lusófono e Galiza

A look at the historical paths of environmental education in a decade of sharing in the Portuguese-speaking world and Galicia

Aidil Borges. Ambientalista e membro da ACACEA-Associação Cabo-verdiana de Educação Ambiental (Cabo Verde)

Resumo

Decorridos pouco mais que uma década da criação da Rede Lusófona e da realização regular dos encontros e Congressos lusos, sob o pano de fundo da Educação Ambiental nos oito territórios e regiões que compõe a comunidade lusófona, eis que aproveitamos deste momento para um olhar retrospectivo dos percorridos históricos dos congressos lusófonos, que aconteceu durante as II Jornadas Internacionais de Educación Ambiental do Centro de Extensión Universitaria e Divulgación Ambiental de Galicia-CEIDA, em abril de 2018, no Castelo de Santa Cruz em Liáns, Oleiros, A Coruña. Sobrevoando sobre essa década decorrida da realização do primeiro congresso de Santiago de Compostela, seguidos dos de, Cuiabá, Murtosa e ilha do Príncipe, bem como a institucionalização dos encontros lusófonos regulares, em vários palcos de territórios lusos, com algum distanciamento pelo tempo percorrido, podemos afirmar que estes encontros trouxeram à comunidade um momento único de partilha, pondo a tônica na importância do debate cultural e no fortalecimento da Educação Ambiental, no cruzamento de diálogos entre os diferentes atores, conceitos e métodos, conhecimento das inúmeras experiências, vivências e políticas públicas. Passou-se em revista nestes encontros, o Estado geral das Artes, fez-se uma radiografia das verdadeiras identidades que pulsam e sobrevivem nestes territórios lusófonos dando voz aos diferentes grupos sociais para a construção de uma política social inclusiva do ponto de vista ecológico. Na atual conjuntura, tendo em conta os novos desafios e questionamentos que a nossa sociedade enfrenta, urge agora traçar novos rumos para que de forma firme e determinado se possa posicionar e travar o status quo, com uma estratégia Glocal (contração do global e do local), fortalecida em unísono como o único caminho para juntos, enfrentarmos e vencermos as atuais adversidades que a sociedade se nos interpela no atual cenário global.

Astract

A little more than a decade after the creation of the Lusophone Network and the regular holding of Portuguese meetings and Congresses, under the backdrop of Environmental Education in the eight territories and regions that make up the Lusophone community, here we take advantage of this moment for a retrospective look at the historical tours of the Portuguese-speaking congresses, which took place during the II International Days

of Environmental Education at the Centro de Extensión Universitaria and Divulgación Ambiental de Galicia-CEIDA, in April 2018, at the Santa Cruz Castle in Liáns, Oleiros, A Coruña. Flying over this decade after the first Santiago de Compostela congress, followed by those from, Cuiabá, Murtosa and Príncipe island, as well as the institutionalization of regular Portuguese-speaking meetings, on various stages in Portuguese territories, with some distance for the time passed, we can say that these meetings brought the community a unique moment of sharing, emphasizing the importance of cultural debate and the strengthening of Environmental Education, at the intersection of dialogues between different actors, concepts and methods, knowledge of the countless experiences, experiences and policies public. The General State of the Arts was reviewed at these meetings, a radiography of the true identities that pulsate and survive in these Portuguese-speaking territories was given, giving voice to different social groups to build an inclusive social policy from an ecological point of view. In the current conjuncture, taking into account the new challenges and questions that our society faces, it is now urgent to trace new directions so that in a firm and determined way it can position and stop the status quo, with a Glocal strategy (contraction of the global and the local), strengthened in unison as the only way for us to face and overcome the current adversities that society challenges us in the current global scenario.

Palabras chave

Educação ambiental; comunidade lusófona; congressos lusos; territórios lusófonos.

Key-words

Environmental education; Portuguese-speaking community; Portuguese congresses; Portuguese-speaking territories.

Contextualização

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma comunidade heterogénea, distribuída geograficamente por quatro continentes, formando uma comunidade dinâmica de afetos e de vontades, com uma identidade própria, rica e diversificada, que encontra a sua força na língua e na cultura, vinculando-o como seu principal elo de ligação entre os estados, povos, países e regiões que o formam.

Até o início desta década, não existia nenhuma proposta de educação ambiental no contexto da Comunidade dos Países da Língua Portuguesa [CPLP].

A primeira iniciativa surgiu em 2005 com a criação da Rede Lusófona de Educação Ambiental-REDELUSO nas esteiras da *XII Jornadas da Associação Portuguesa de Educação Ambiental-ASPEA*, em Ericeira, Portugal.

A Rede serviu como um espaço a partir do qual começa a ser desenhada uma proposta identitária da educação ambiental, e ao mesmo tempo, uma ponte de ligação dos 8 territórios lusófonos, inicialmente [Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor Leste], a que se veio juntar posteriormente, a Guiné Equatorial, o último país que aderiu em 2014 à comunidade, perfazendo um total de 9 países constituintes

como estados membros e de outras regiões que possuem identidade lusófona, como a Galícia (Espanha), Macau (China) e Casamence (Senegal), bem como, a adesão de uma vintena de países e organizações como observadores associados à CPLP.

A primeira experiência de debate da educação ambiental no espaço lusófono surgiu com a realização de um simpósio em 2006, à margem do V Iberoamericano de educação ambiental, na cidade de Joinville, no sul do Brasil.

Ainda sem o formato de um congresso ou com alguma proposta mais avançada, o simpósio iniciava a possibilidade de celebrarmos uma identidade lusa na arena da educação ambiental, reconhecendo a linguagem como um campo significativo da cultura identitária lusa.

Espelhados em quatro continentes, cada um desses países apresentam realidades diversas e ambientes particulares que os influenciam e caracterizam em função do continente ou região onde estão inseridos.

Em busca de uma identidade Comum através da Educação Ambiental no espaço da comunidade Luso

A evolução da Educação Ambiental apresenta bastante disforme no *espaço*

lusófono devido a grande variedade de contextos e de âmbitos geograficamente distintos, onde esses países e regiões se encontram inseridos.

Existe um *certo distanciamento* na contextualização da questão ambiental no espaço lusófono que se caracteriza em três estádios distintos de evolução a saber:

- O contexto Europeu (o caso português e o galego)
- O contexto Latino-americano (o caso brasileiro)
- O contexto Lusófono - africano (Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe).

Portugal e Galiza estão inseridos na região europeia. No contexto Europeu, a Educação Ambiental conheceu o seu desenvolvimento mais importante na Conferencia de Tbilissi, onde os seus objetivos extravasaram do campo meramente físico e estendendo-se ao campo afetivo. O conceito de Educação Ambiental passa a ser assumida como conteúdo da prática de Educação virada para a prevenção e resolução de problemas concretos relacionados com o Meio Ambiente, numa abordagem interdisciplinar, participativa, ativa, responsável, individual e coletivamente, que veio a culminar com o Congresso de Moscovo que serviu para revisar as políticas de Educação Ambiental

e projetar um plano de ação para as décadas seguintes, com a sedimentação de políticas que contribuíram para o desenvolvimento de planos, estratégias e orientação que conduziram ao desenvolvimento da Educação Ambiental adaptado aos novos problemas.

Na América Latina, a experiência brasileira, inserida no contexto latino-americano tem conhecido evolução desde a conferência de Tbilissi que proporcionou o aparecimento de uma *identidade própria* da concepção ambiental na América Latina e no Caribe.

Contudo, a Conferencia de Moscovo permitiu após a década de 80 com o patrocínio de PNUMA e UNESCO a promoção de vários encontros internacionais, donde saíram documentos importantes para a região, tais como:

- Rede de Formatação Ambiental para a Região da América Latina
- Carta de Bogotá que redefinia o papel da universidade como parceira nas pesquisas da questão ambiental.

No Contexto Lusófono-africano podemos considerar várias tendências e contextos em função das suas zonas geográficas de influência:

- Espaço saheliano-oeste africano (Cabo Verde e Guiné Bissau);
- Espaço Centro/Sul-africano (São Tomé e Príncipe e Angola);

- Espaço Sul/ Oriental-africano (Moçambique).

A nível do continente não existe um *marco referencial* que norteasse a política ambiental de forma assumida pelos estados membros de molde universalista com um *posicionamento próprio*. Por outro lado, o continente africano está dividido em 5 regiões e a comunicação entre elas não é, nem nunca foi, tão linear.

Contudo, contextualizando o espaço Oeste-africano que é uma realidade mais próxima de nós, onde estão inseridos Cabo Verde e Guiné Bissau, a Educação Ambiental aparece nas escolas, desta região africana, pela primeira vez na década de noventa com a implementação do primeiro programa regional promovido pelo CILSS (Comité Inter-estados para a Luta contra a Seca no Sahel), por conta da conjuntura internacional e da grave crise ambiental que a região saheliana enfrentava na altura, para contrariar a seca e a desertificação que afetou grande parte de países da África do Oeste que estão na borda do deserto.

Convém salientar que são países que tem uma longa tradição de lidar com o problema da seca e da desertificação junto das suas populações e como forma de contrariarem esse flagelo, decidiu-se numa Cimeira de Chefe de Estados desses países, tomar a decisão de criar um programa regional de Educação Ambiental para ser incorporado

em todas as escolas sahelianas. Trata-se do primeiro projeto regional de Educação Ambiental no continente. Esse projeto foi implementado durante 10 anos, com o financiamento da União Europeia.

O programa teve um impacto muito positivo nas escolas sahelianas por várias razões: primeiro, porque facilitou a aquisição de materiais didáticos e pedagógicos, manuais, desdobráveis, cartazes e etc., às escolas, que na sua maioria, não dispõem desses meios, embora sejam materiais não convencionais, apenas de suporte. Por outro lado, facultou também uma grande troca e partilha de experiências muito diversificadas entre os sahelianos que permitiu a um profundo conhecimento do Sahel e das diversas realidades de cada país, quebrando o completo isolamento da região, para não falar das barreiras linguísticas, religiosas, culturais, entre outras, que pareciam intransponíveis nesta vasta região, até a implementação do projeto.

Contudo, o objetivo maior do programa era atingir as crianças, por dois motivos: o primeiro, porque estão na idade de formação de sua personalidade e como tal podem ser cidadãos mais bem preparados para lidarem com o problema no futuro, porque pouco ou nada se pode mudar essa realidade, muito pelo contrário, a situação do avanço do deserto só tem agravado. Segundo, era de transformar o aluno num veículo de opinião, e através dele, chegar a

um público mais alargado e diversificado, já que a maioria da população adulta nessa região era analfabeta.

Relativamente às outras duas regiões africanas conhecemos apenas as realidades que tem sido partilhadas nos congressos e encontros regulares de educação ambiental da comunidade lusófona, mas não se pode falar do contexto africano no seu todo, relativamente a iniciativa de um programa que orientasse a política ambiental para todo o continente.

Importa ainda realçar que pouco sabemos relativamente ao caso de Timor Leste que está na Ásia, apesar de participação regular nos congressos, devido a distância e a dificuldade na comunicação, o intercâmbio não tem sido o mais desejado, o mesmo se pode dizer da Guiné Equatorial o último país a aderir à Comunidade lusófona como estado membro de pleno direito, que até o presente momento nunca participou em nenhum, encontro, fórum ou congresso, enquanto estado membro da CPLP.

Os congressos Lusófonos nos vários territórios

A criação dos congressos lusófonos, emergiram da importância do debate cultural e o fortalecimento da Educação

Ambiental, no cruzamento de diálogos entre os diferentes atores, conceitos e métodos, conhecimento das inúmeras experiências, vivências e políticas públicas, nos diversos territórios.

Foi com a realização do primeiro congresso em 2007 na cidade de Santiago de Compostela na Galiza, em que participaram todos os oito territórios da comunidade, agregando também localidades com identidades da lusofonia é que se deu lugar, pela primeira vez, a um diálogo concertado com propostas e algumas provocações no sentido de se lançar novos desafios à comunidade lusófona educadora para o desenho de uma proposta de uma Educação Ambiental Indenitária dos Territórios Lusófonos.

Nos dois primeiros congressos I e II (Santiago de Compostela, Galiza-Espanha e Cuiabá, em Mato Grosso, Brasil), foram revisados os “Estados gerais das artes” em Educação Ambiental, onde se começou a delinear o contorno e algumas propostas para a construção do pilar das identidades nos mosaicos dos territórios lusófonos, radiografando os diversos processos de ensino e aprendizagem; os processos formativos; a produção de materiais educativos; os intercâmbios artísticos, culturais ou científicos; projetos de pesquisa e de desenvolvimento, entre outras escolhas, estabelecendo possibilidades múltiplas na edificação de uma verdadeira

Política de Educação Ambiental, com o cunho identitário lusófono.

Os dois últimos congressos III e IV (Murtosa, Portugal e Ilha do Príncipe, São Tomé e Príncipe) sob a orientação do Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e de Responsabilidade Global e da Carta da Terra, envisajaram um debate multifacetado da comunidade lusófono pondo a tónica na:

Necessidade de intensificar as conexões do campo da EA com os “novíssimos” movimentos sociais ativos na denúncia das falências estruturais, sociais e ambientais, do atual modelo de desenvolvimento e na busca de alternativas como uma via para compartilhar com esses movimentos as possibilidades e os limites da EA como prática política transformadora.

Estimular ciclos de diálogos com vista a propiciar a enunciação das inquietações dos participantes, tomando o “Tratado de EA para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global” como uma referência fundamental nesta empreitada, propondo caminhos de articulação, encontros de forma a potencializar o agir/refletir, o dialogar/planear coletivamente, sensibilizando e comprometendo cada pessoa com o Bem Comum. Análises de conjuntura e diálogos sobre utopias que propiciem a compreensão e posicionamento crítico, reflexivo e praxiológico, diante de enunciados

como “ecossocialismo ou barbárie”, “utopia ecológica, democrática e radical” e “bem viver”.

A Carta da Terra, entendida mais como um movimento que como um documento, oferece um marco de princípios e linhas de ação coerentes com uma ética do cuidado baseada no reconhecimento de pertença a uma única comunidade de vida, da integridade ecológica, da justiça social e económica e da democracia, como pilares para uma nova forma de entender e organizar as relações entre as sociedades humanas e a biosfera, assim como entre as sociedades humanas entre si (...). (Dulce PEREIRA, Filomena MARTINS, Pablo MEIRA, 2015: 2-3).

Os desafios para futuro dos congressos

Uma década após a criação da rede Lusófona e de realização de inúmeros encontros e organização de quatro congressos, cujo balanço acaba de ser debatido recentemente no CEIDA, podemos concluir que esse diálogo lusófono na arena da educação ambiental permitiu pôr a tónica em quatro pontos importantes a saber:

- A emergência e importância da Educação Ambiental;
- O início de um debate cultural com foco na Educação Ambiental;

- O cruzamento de diálogos entre os 4 continentes;
- A maquete do desenho de um programa comum e a construção da ponte de ligação dos 8 territórios lusófonos:

A história da civilização, mais do que nunca, aponta-nos alternativas para mudança de cenários para a construção de sociedades sustentáveis, diminuindo o abismo das desigualdades socioeconômicas, dos danos ambientais e da ausência de informações.

Na atual conjuntura, temos uma percepção clara de que políticas públicas são ações meramente governamentais, e a cultura entre o público e o privado deteriora-se no seio da sociedade, impedindo a mobilização e participação efetiva na construção de uma sociedade mais socialmente inclusiva e ecologicamente mais sustentável, daí a importância e urgência em promovermos a *participação* e o *controle social*, engajado nos movimentos que constroem as políticas públicas de forma crítica, não na condição passiva de leitura das informações, mas no protagonismo do fazer, mudando as rotas para o exercício da cidadania.

Auguramos tempos difíceis que exige e requer de nós um posicionamento claro face às mudanças globais que interferem diretamente com o futuro da humanidade que nos interpela propor para os próximos tempos:

- A necessidade da construção de um pacto ambiental e social (que só se pode concretizar se conseguirmos afastar o enorme abismo que segrega o ambientalismo do desenvolvimentismo);
- O desenho de uma cartografia identitária das comunidades dos territórios lusófono;
- Construção de um mapa social da lusofonia;
- Construção de uma política inclusiva do ponto de vista social, e protegida do ponto de vista ecológico;
- Proposta de educação ambiental no contexto Luso;
- Alternativa à construção de sociedades sustentáveis.

Esse olhar retrospectivo de uma década anima-nos a fazer um balanço positivo, mas também conscientes de que ainda teremos que lutar em várias frentes nos nossos territórios lusos para atingirmos as conquistas que almejamos com a construção de sociedades sustentáveis, alternativas e inclusivas.

Criar condições para ultrapassarmos as barreiras que ainda existem em alguns territórios lusos em matéria de participação, cooperação e apropriação do objetivo comum no campo de educação ambiental e, trazer pra arena, todos os estados membros que conjugam e formam na sua essência, a verdadeira comunidade da lusofonia.

O desafio maior no porvir está no empoderamento da sociedade civil que se quer crítica e protagonizadora de lutas justas e assertivas a favor do bem comum.

Referências bibliográficas

- BATCHILY BA, Moussa (2000). *Recherche en éducation environnementale au Sahel*. Mali: Institut du Sahel.
- BORGES, Aidil (2000). *Educación Ambiental en el Sahel : le cas spécifique du Cap Vert*. Potiers: PFIE.
- ELAME, Esah (2000). *La prise en compte de l'interculturalité dans l'éducation relative à l'environnement et au développement durable*. Roma: Pesaro.
- GOFFIN, Louis (1992). *Problématique de l'environnement*. Arlon: FUL.
- MORIN, Edgar (1991). *Os problemas do Fim do Século*. Lisboa: Editorial Notícias.
- PEREIRA, Dulce; Filomena MARTINS e Pablo MEIRA (2015). "Linhas de Reflexão e Acção" en 3º Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa. Murtosa. [<http://www.ealusofono.org/index.php/documentos/conclusoes>]